

Despacho n.º 7989/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Cremilde de Jesus Vieira da Cruz, assistente administrativa especialista do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, para exercer em regime de requisição, as funções de minha secretária pessoal, com efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

14 de Março de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho n.º 7990/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, com efeitos a partir de 21 de Março de 2005, José Carlos de Matos Costa para prestar ao meu Gabinete assessoria na área da imprensa, sendo para o efeito requisitado à SIC.

A presente nomeação é válida pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo, sendo atribuída ao nomeado a remuneração mensal de € 3254, acrescida de subsídio de refeição.

O nomeado terá direito a subsídios de férias e de Natal de quantitativo equivalente ao da remuneração mensal anteriormente referida.

14 de Março de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho n.º 7991/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Ana Rita Poppe Leite Pereira de Seabra Vaz Pinto para exercer as funções de minha secretária pessoal, com efeitos a partir de 21 de Março de 2005.

22 de Março de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho n.º 7992/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio meu adjunto o licenciado José Paulo Magalhães Gamito Carrilho, inspector principal do quadro de pessoal da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, a desempenhar nesta data, em comissão de serviço, as funções de director do Departamento de Gestão e Apoio Técnico do Instituto das Artes do Ministério da Cultura.

O nomeado fica autorizado a beneficiar das faculdades previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

22 de Março de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho n.º 7993/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 31.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, e verificados os requisitos previstos no artigo 2.º da Convenção Europeia de Extradução, considero admissível o pedido de extradição para a República da Roménia do cidadão de nacionalidade romena Ioan Mois, o qual, no âmbito do processo n.º 1112/2000, que correu termos pelo Tribunal de Primeira Instância de Sighetu Marmatiei, foi julgado e condenado, à revelia:

Pela prática de um crime de falsas declarações, sob a forma continuada, previsto e punido pelo artigo 292.º, por referência ao artigo 41.º, § 2, ambos dos códigos penal romeno, na pena de três meses de prisão;

Pela prática de um crime de falsificação de documento particular, sob a forma continuada, previsto e punido pelo artigo 290.º, por referência ao artigo 41.º, § 2, ambos do código penal romeno, na pena de três meses de prisão;

Pela prática de um crime de burla, sob a forma continuada, previsto e punido pelo artigo 215.º, n.ºs 2 e 3, por referência ao artigo 41.º, § 2, ambos do código penal romeno, na pena de três anos de prisão;

Em cúmulo, no cumprimento da pena mais grave, ou seja, na pena de três anos de prisão, nos termos do disposto nos artigos 33.º, alínea a), e 34.º, alínea b), do Código Penal.

30 de Março de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho n.º 7994/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio minha adjunta a licenciada Ana Mafalda Oliveira Lopes de Almeida, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

A nomeada fica autorizada a beneficiar das faculdades previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

31 de Março de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho n.º 7995/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 31.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, e verificados os requisitos respectivos, considero admissível o pedido de extradição para a República do Peru da cidadã peruana Liliana Maribel Malca Salaberry de Lopez, indiciada no âmbito dos processos n.ºs 60/2001 e 45/2001, que correm termos pelo Tribunal Superior de Justiça de Lima, pela prática do crime de posse, uso e detenção de armas e explosivos e do crime de conversão, transferência ou dissimulação de bens ou produtos, este após subsunção das condutas ilícitas correspondentes na legislação peruana ao crime de peculato, no tipo penal previsto na legislação portuguesa.

Considero inadmissível o prosseguimento relativamente aos demais crimes pelos quais se encontra indiciada por não se mostrar verificado, à luz da lei portuguesa, o princípio da dupla incriminação.

1 de Abril de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 7996/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Maria Odete Figueiredo Ribeiro Duarte para exercer as funções de minha secretária pessoal, com efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 7997/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, requisito José Manuel Miranda Amaro, motorista da Câmara Municipal do Cartaxo, para exercer funções de motorista no meu Gabinete, com efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 7998/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em comissão de serviço, Ricardo Joaquim da Cunha Gonçalves Pires, técnico de relações públicas e comunicação social da empresa Gestão do Parque Habitacional ao Município de Cascais — EMGHA, para prestar ao meu Gabinete assessoria na área da sua especialidade, com efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

A presente nomeação é válida pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo, sendo atribuída ao nomeado a remuneração mensal de € 3254, acrescida de subsídio de refeição.

O nomeado terá direito a subsídios de férias e de Natal de quantitativo equivalente ao da remuneração mensal anteriormente referida.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 7999/2005 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 5 e 6 do artigo 68.º e do n.º 2 do artigo 69.º, ambos da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, atento o parecer favorável do Conselho Superior da Magistratura, autorizo a remuneração de dois quintos do vencimento ao licenciado José António Rodrigues Cunha por acumulação das funções de juiz de direito da 4.ª Vara Criminal do Porto com as de juiz do círculo judicial de Penafiel no período compreendido entre 20 de Janeiro e 4 de Agosto de 2003, com excepção do período de férias judiciais.

Este despacho rectifica e substitui o despacho do Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Justiça de 5 de Julho de 2004, onde, por mero lapso de escrita, se mencionou a proporção de um quinto e as datas de 1 de Janeiro a final de Agosto de 2002.

Deve levar-se em conta, todavia, o já pago ao abrigo do despacho agora substituído.

6 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 8000/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Maria Elisabete Abreu Gonçalves de Brito, técnica superior (História) assessora da Câmara Municipal de Lisboa, para exercer, em regime